

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº 35 DE 2015 (do Sr. Paulo Pimenta)

Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de Audiência Pública para debater a representatividade de negros no sistema eleitoral e partidário.

Sr. Presidente,

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de Audiência Pública para debater a representatividade de negros no sistema eleitoral e partidário.

Para tanto, serão convidados órgãos governamentais, associações e organizações da sociedade civil, além de pesquisadores envolvidos com este tema de fundamental importância na vida política do país, inclusive os seguintes:

- Nilma Lino Gomes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR)
- Representante da União dos Negros pela Igualdade (Unegro)
- Dr^a Flávia Rios, Doutor pela Universidade de São Paulo (USP) com a tese: “Elite Negra no Brasil: a influência dos EUA na política antirracista do Brasil”. Durante o estágio doutoral, foi Visiting Student Researcher Collaborator em Princeton University, com bolsa sanduíche da FAPESP (2013).
- Dr. Luiz Augusto Campos: Professor Adjunto de Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.
- Representante do Conselho Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).
- Representante do movimento social atinente ao tema.

JUSTIFICATIVA

Nos últimos dez anos, o Estado brasileiro adotou uma série de políticas públicas para aumentar a presença da população negra em diversas esferas sociais. As cotas para negros no ensino superior e nos concursos do funcionalismo público são apenas os dois exemplos mais visíveis dessas medidas de inclusão. Porém, se as políticas de inclusão para negros e negras avançam em diferentes espaços sociais, o mesmo não pode ser dito sobre as esferas de poder em que tais decisões são tomadas.

Diferentes pesquisas apontam que políticos e políticas negras ocupam menos de 10% das cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, proporção que destoa sensivelmente de sua presença na população nacional. E a carência de dados sobre esse fenômeno dificultou historicamente o diagnóstico dos mecanismos sociais e políticos que levam a tal sub-representação.

Pela primeira vez na história da democracia brasileira, o Tribunal Superior Eleitoral computou a raça/cor dos candidatos registrados nas eleições de 2014. Portanto, essa base de dados fornece informações riquíssimas para que possamos entender os mecanismos sociais que afastam negros e negras da representação política.

Diante disso, o objetivo da Audiência Pública é de analisar informações a partir das eleições 2014, discutindo alguns desses dados com o intuito de pensar medidas para a promoção da equidade racial na seleção dos representantes políticos dos cidadãos e cidadãs.

Sala das Comissões, 30 de março de 2015.

Deputado Paulo Pimenta
PT-RS